



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CAMPUS – CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS – PORTUGUÊS**

**ÁLVARO ANTÔNIO AQUINO RAMOS**

**APRENDIZAGEM INTERGERACIONAL E LETRAMENTO INCLUSIVO:**  
Produção e consumo de produtos domissanitários

CAMPINA GRANDE, PB  
Agosto/2019

ÁLVARO ANTÔNIO AQUINO RAMOS

**APRENDIZAGEM INTERGERACIONAL E LETRAMENTO INCLUSIVO:**  
Produção e consumo de produtos domissanitários

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Licenciatura em  
Letras, como requisito parcial à obtenção do  
título de Graduação em Licenciatura em  
Letras – Português.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Zélia Maria de Arruda Santiago

CAMPINA GRANDE, PB  
Agosto/2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R175a Ramos, Alvaro Antonio Aquino.  
Aprendizagem intergeracional e letramento inclusivo [manuscrito] : produção e consumo de produtos domissanitários / Alvaro Antonio Aquino Ramos. - 2019.  
52 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.  
"Orientação : Profa. Dra. Zélia Maria de Arruda Santiago, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."  
1. Educação inclusiva. 2. Intergeneracionalidade. 3. Letramento. 4. Envelhecimento. I. Título  
21. ed. CDD 370.115

ÁLVARO ANTÔNIO AQUINO RAMOS

**APRENDIZAGEM INTERGERACIONAL E LETRAMENTO INCLUSIVO:**  
Produção e consumo de produtos domissanitários

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Licenciatura em  
Letras, como requisito parcial à obtenção do  
título de Graduação em Licenciatura em  
Letras – Português.

Aprovado em: 28 / 08 / 2019

**BANCA EXAMINADORA**



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Zélia Maria de Arruda Santiago (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.<sup>a</sup>. M.<sup>a</sup>. Amasile Coelho Lisboa da Costa Sousa

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Francisco Ferreira Dantas Filho

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## AGRADECIMENTOS

Ao Deus Trino que me tem sido favorável em Graça e Misericórdia, na pessoa do Seu Bendito Filho, Jesus Cristo e à operosidade do Santo Espírito.

Aos meus pais, Carlos Antônio Aquino Ramos e Maria de Fátima Aquino Ramos, que como instrumentos de Deus, são meus baluartes e fonte de toda dedicação e paciência possíveis e impossíveis.

Aos meus irmãos Luciano, Thaise e Fernanda bem como suas respectivas famílias que, direta e/ou indiretamente contribuíram junto ao meu crescimento e desenvolvimento.

À minha namorada, companheira e amiga Ana Júlia Faustino Lycarião por tamanha empatia, humildade, profissionalismo e sabedoria, qualidades estas que me moldam a um melhor ser humano.

À minha comunidade e aos familiares da verdadeira fé, a Segunda Igreja Evangélica Congregacional de Campina Grande que, certamente, a qual, no devido e oportuno tempo, me experimentou à docência.

Em especial, agradeço a duas pessoas, sem as quais esse trabalho não desenvolveria. A Professora Zélia Maria de Arruda Santiago, pelo apoio, companheirismo, dedicação, gentileza, hombridade, humanidade, instrução, insistência, paciência, sensatez, zelo entre tantas outras qualidades. Zélia respira, vive e inspira essa temática apaixonante e desafiadora. Estendo também especial gratidão por minha Tia Alzira, de 93 anos, a qual me aproxima da realidade de várias teorias abordadas e que inspira uma longevidade prazerosa mesmo em meio aos sabores da terceira idade.

Por fim e não menos importante, agradeço aos componentes da banca examinadora, Professora Amasile Lisboa e Professor Dantas Filho, que de prontidão e mui graciosamente atenderam ao convite. De igual modo, manifesto gratidão à instituição por sua existência, seus funcionários e profissionais, desde a coordenação à zeladoria, bem como a significativa contribuição junto a sociedade campinense e brasileira. E também aos colegas e companheiros de graduação ao longo desses anos.

## RESUMO

Este trabalho discute a inclusão da pessoa idosa na sociedade, por meio da aprendizagem intergeracional inserida às práticas de letramentos de consumo na vida cotidiana. Buscou-se repensar, refletir e reorientar práticas de letramentos por elas vivenciadas, tornando-as mais participativas na sociedade frente as demandas da leitura e da escrita. A pesquisa surge de um minicurso ligado ao projeto de extensão “Práticas de letramentos de pessoas idosas no cotidiano: traçando letras, esculpindo textos”, realizado em parceria com os departamentos de Educação (UEPB) e Química (UEPB), trabalho este no qual fui aluno bolsista pelo período de um semestre e aluno voluntário em outro momento também pelo mesmo período de tempo. O minicurso é voltado à produção e consumo domésticos: detergente, desinfetante e sabão em barra (composição, uso doméstico, produção e consumo consciente). O trabalho atendeu nove pessoas não universitárias (jovens e adultos), com aulas teórico-práticas ministradas por alunos dos cursos de Química, Letras e Pedagogia. Proposta interdisciplinar norteadas pelos saberes da Química e discussões sobre Letramento fundadas nos pressupostos da Educação Popular e Educação Inclusiva. Dessa proposta surgiu uma discussão qualitativa focada nas práticas de leitura e escrita baseadas nos saberes da Química refletidas nas atividades domésticas, as quais foram observadas pelos participantes através de um questionário qualitativo avaliativo. Estes dados relevam o retorno social desta atividade proposta quanto à promoção de um envelhecimento mais ativo e saudável, evidentemente, gerado nas trocas das aprendizagens intergeracionais quanto ao uso, consumo e produção de materiais de limpeza doméstica.

**Palavras-Chave:** Envelhecimento. Intergeracionalidade. Inclusão. Letramento.

## ABSTRACT

### APPRENTICESHIP INTERGERACIONAL AND INCLUSIVE LETRAMENTO: PRODUCTION AND CONSUMPTION FROM HOUSEHOLD CLEANING

This work discusses the inclusion of the elderly person in the society, through the apprenticeship intergeracional and practices of literacies on consumption of the daily life. It was looked to rethink, to reflect and to reorientate practices of literacies vivid by the elderly persons, being more participative of the society because many people face limitations in practice of the reading and of the writing. The study originating from the mini-course in connected with the project of extension, "Practices of literacies of elderly persons in the daily life: write traces, sculpting texts", carried out in partnership with the department of Education (UEPB) and Chemistry (UEPB), with attention turned to the production and consumption from the cleaning materials: detergent, disinfectant and soap in bar (composition, domestic cares, production and conscious consumption). The course attended nine persons not academic (young persons and adults), with practical and theoretical lessons applied by pupils of the courses of Chemistry, Letters and Pedagogy. Interdisciplinary proposal orientated by the knowledge of the Chemistry and discussions on Literacy based on the presuppositions of the Popular Education and Included Education. Of this proposal emerged this qualitative discussion based on the stages of realization and evaluation of the participants by questionnaire, when the relevance of this activity is happening in the promotion of an active and healthy aging, through the practices of literacies reprepared in the exchanges intergeracionais as for the use, consumption and production from domestic cleaning materials.

Keywords: Aging. Intergeracionalidade. Inclusion. Literacy

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	08
2. METODOLOGIA .....	11
2.1 Natureza da pesquisa .....	11
2.2 Participantes da pesquisa .....	11
2.3 Universo da pesquisa .....	11
2.4 Ambiente da coleta de dados .....	12
2.5 Instrumentos de coleta de dados e procedimentos .....	12
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	17
3.1. Idoso na sociedade: Envelhecimento e demandas sociais .....	17
3.2. Educação inclusiva .....	22
3.3. Aprendizagem intergeracional .....	27
3.4. Letramento e desdobramentos .....	29
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	33
4.1. Letramentos Cotidianos e Saberes e fazeres .....	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	44
REFERÊNCIAS .....	45
APÊNDICE .....	48

## 1. INTRODUÇÃO

O brasileiro demonstra certa insatisfação com as políticas públicas inclusivas educacionais que lhes são oferecidas – arrisco dizer que grande parte da população brasileira sequer sabe do que se trata – sobretudo a pessoa adulta e idosa, pois muitos enfrentam o afastamento social em termos das práticas de letramento da leitura e da escrita. O descontentamento da não inclusão perpassa a dificuldade de locomoção em espaços urbanos, acesso prático ao sistema de saúde e ao sistema educacional, além da violência social e os estereótipos e preconceitos etários, os quais promovem a sua discriminação social e exclusão das atividades sociais desse indivíduo na sociedade.

Dentre essas situações precárias, uma se destaca pelo fato de ser fundamental e necessário a todo e qualquer ser humano: a educação. O adulto e o idoso no Brasil não são só desrespeitados moralmente, são também desvalorizados e ignorados cognitivamente e intelectualmente. Uma parte considerável dessa reclusão acontece pelo isolamento e pela restrição deles na sociedade. De forma geral, não há incentivos consideráveis, políticas públicas e/ou programas satisfatórios que melhor promovam-lhes uma longevidade considerável e/ou saudável.

De acordo com a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e o IBGE, em específico os idosos - pessoas com 60 anos de idade ou mais - somam 23,5 milhões dos brasileiros, mais que o dobro do registrado em 1991, quando a faixa etária contabilizava 10,7 milhões de pessoas. Na comparação entre 2009 (última pesquisa divulgada) e 2011, o grupo aumentou 7,6%, ou seja, mais 1,8 milhão de pessoas, totalizando 12,5% da população brasileira.

A respeito de instrução formal nessa faixa etária, a Secretaria de Direitos Humanos aponta que o analfabetismo registrou queda de 1,5 milhão de analfabetos funcionais de 2004 a 2009. As reduções mais expressivas ocorreram nas regiões Norte e Nordeste, porém os estados do Norte do país ainda têm a maior taxa (12,6%). O Sudeste tem o menor índice, com 9,6% de analfabetos funcionais. Distribuição por sexo – 62,4% homens e 37,6% mulheres (média de idade 69 anos). Escolaridade média: 3,4 anos de estudo.

Mesmo que para cidadãos comuns, sociólogos e especialistas no assunto, a velhice e a baixa escolaridade sejam vistas como um problema social, é preciso procu-

rar novas vias para se ter acesso aonde se quer chegar e estar. A educação, através do letramento intergeracional inclusivo, se apresenta como possibilidade para essa nova via. Ter adulto maduro e idoso como aprendentes, na educação formal ou informal, quebrando paradigmas e construindo sua própria identidade, é o ideal. Portanto, nós professores em formação, devemos contrariar essa realidade, promovendo-lhes uma educação versátil através dos vários tipos de letramento.

Assim sendo, a abordagem desse tema é de suma importância tanto para a academia e para a escola, bem como para sociedade em geral, pois é a partir delas e nelas que é possível provocar debates, além de oferecer uma construção adequada ao cidadão, no qual a finalidade central é conscientizar a família e o estado como um todo, promovendo modificações. Logo, só será a partir desses meios que todos passarão a estar cientes do assunto.

Nesse sentido, percebe-se que um atual quadro ganha força entre o povo brasileiro, que é o de uma progressão ao número de idosos na sociedade, os quais buscam novas alternativas de participação direta social, atividades e oportunidades de aprendizagem. Entre as opções encontradas, estão os programas de alfabetização, que oferecem uma oportunidade de combate ao preconceito, uma vez que o idoso acredita que a educação é o caminho deveras natural para a inclusão social. Contudo,

um grande problema para o idoso hoje é sua adaptação às exigências do mundo moderno. Isto se deve, em parte, à deficiência educacional desta geração, de uma época em que frequentar escola era um privilégio de poucos. Por isto, o alto índice de analfabetismo, que atinge 5,1 milhões de idosos no país. Existe ainda o analfabetismo funcional, que corresponde aos indivíduos que têm menos de 4 anos de estudo. Os números do Censo mostram que 59,4% dos idosos responsáveis pelos domicílios são analfabetos funcionais (IBGE Teen – Brasil, 2011).

Dessa forma, a realização do presente trabalho visa contribuir com essa discussão, principalmente características do público adulto maduro aos idosos, sendo estes inclusos socialmente por meio do letramento em termos de leitura e escrita. Assunto este, o qual está em progresso e, que dentro de um escopo maior sobre Educação Inclusiva, estão sendo importante na realidade do contexto brasileiro marcado pela exclusão educacional de pessoas adultas idosas. O estudo aponta a necessidade de repensar, refletir e reorientar um dos fatores que contribuem para a baixa qualidade de vida de muitas pessoas excluídas dos serviços da educação continuada, especialmente aqueles que con-

figuram o quadro do envelhecimento, pois enfrentam a exclusão total e parcial das atividades educacionais.

A pesquisa visa como objetivo geral discutir práticas de letramento inclusivo, por meio da aprendizagem intergeracional, ou seja, de pessoas adultas e idosas, relacionadas ao consumo de produtos de limpeza doméstica, baseadas nos saberes da Química. E como objetivos específicos, considerar práticas de letramento sobre o consumo de tais produtos na vida dos participantes; proporcionar a esses indivíduos um minicurso de produção de produtos de limpeza, baseado na reelaboração e compreensão da leitura dos saberes químicos; verificar práticas inclusivas vivenciadas pelo grupo acerca da produção e consumo de detergente, desinfetante e sabão em barra.

Estas atividades proporcionaram aos envolvidos consumirem e produzirem produtos de limpeza de forma mais consciente, sendo possível rever práticas de consumo orientados pelos saberes acadêmicos adquiridos nas trocas de experiências etárias (jovens e professores universitários, jovens, adultos e idosos da comunidade).

O suporte teórico refere-se aos documentos oficiais tais como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, Estatuto do Idoso, além de documentos internacionais que influenciam a política nacional, como: a Declaração de Salamanca e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Concomitantemente, apoiará teoricamente o presente trabalho autores como: Freire (1980), Camarano (1999), Charlot (2000), Domingues (2002), Franchi (1992), Goldman (2002), Magalhães (2000), Nóbrega (2006), Soares (2001) entre outros.

## **2. METODOLOGIA**

O percurso metodológico realizado na execução desta pesquisa inicialmente irá apresentar à natureza da pesquisa, a escolha dos sujeitos, a coleta e análise dos dados e a descrição da proposta de ensino para a produção de produtos domissanitários.

### **2.1 Natureza da pesquisa**

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa-quantitativa. Portanto, o critério de inclusão à oficina foi basicamente o interesse por novas aprendizagens, independente dos níveis de escolaridade em relação à alfabetização e séries escolares não concluídas, mas ter capacidade mínima de familiaridade com textos, números e manuseio de objetos práticos que lidam no dia a dia, etc. Inicialmente, o público alvo projetado seriam idosos interessados na temática proposta, no entanto foi estendido a pessoas de diversas faixas etárias, as quais se sentiram atraídas e simpatizadas.

### **2.2 Participantes da pesquisa**

O público alvo da pesquisa realizada foram com a quantidade inicial de 9 indivíduos interessados, com faixa etária diversificada, variando entre 17 a 60 anos, de ambos os gêneros. Em sua maioria, houve pessoas do sexo feminino com idades alternadas. Ocorreu a participação apenas de um indivíduo do sexo masculino, de idade adulta. A escolaridade dos convidados (as) eram desiguais, a exemplo de voluntários com apenas a 2ª série do fundamental a pessoas com ensino médio completo. Os locais onde residiam eram predominantemente das periferias, distantes da universidade (lugar que trabalham como terceirizados, também, onde foi proporcionado o curso). Em relação aos gêneros, percebeu-se a prevalência do gênero feminino como participante do minicurso, com oito inscritas. Referente ao gênero masculino, um atuante apenas.

### **2.3 Universo da pesquisa**

O trabalho vinculado ao Projeto de Extensão intitulado, “Práticas de letramento de pessoas idosas no cotidiano: traçando letras, esculpindo textos”, foi proporcionado

pela Universidade Estadual da Paraíba, junto ao departamento de Educação<sup>1</sup> em parceria com mestrandos e professor do Departamento de Química (UEPB).

#### **2.4 Ambiente da coleta de dados**

A proposta didática foi aplicada na instituição supracitada e foi desenvolvido no espaço interno da instituição, especificamente no Laboratório de Química do departamento, com pessoas da comunidade externa (adultos maduros). Os dados foram observados entre os meses de março a maio de 2016, nos horários das 14h às 17h, às quartas-feiras durante oito encontros.

Todo o planejamento, do desenvolvimento à conclusão do minicurso, foi possível com a parceria e o suporte dos alunos mestrandos em Química, graduandos e professores orientadores, sobretudo do professor de Química, além da voluntariedade de alunos da graduação de Letras e Pedagogia. Pessoas estas, as quais, com afincamento e desenvolvimento, viabilizaram o trabalho por dominarem os saberes e fazeres da área específica, os quais auxiliaram e contribuíram em todas as etapas do processo do minicurso que foi desde as aulas teóricas, aulas práticas com apresentação, análises, discussões, etc. No mais, verificou-se a relevância da proposta prática do minicurso no próprio local de trabalho, como processo de inclusão estendido aos convidados.

Além disso, reconheceu-se que essas atividades oferecem benefícios à promoção de um envelhecimento ativo e saudável, inclusive de que a ampliação de saberes relacionados ao letramento dos fazeres cotidianos, relacionados à Química, é utilizado para melhorar a cognição, a inclusão, a comunicação, a interação, a conscientização e a rentabilidade.

#### **2.5 Instrumentos de coleta de dados e procedimentos**

Os instrumentos utilizados para coleta de dados e informações foram: (1) um folder de divulgação e inscrição do minicurso proposto, material este que também direcionou os diálogos e as conversas para as produções dos produtos domissanitários, conforme anexado ao apêndice 1; (2) um roteiro com os produtos a serem confeccionados bem como os objetos necessários ao dia de produção, conforme anexado ao apêndice 2;

---

<sup>1</sup> Projeto coordenado pela Profa. Dra. Zélia M. de Arruda Santiago, docente no departamento de Educação (UEPB) no Programa de Mestrado em Educação Matemática e Ensino de Ciências (PGCEM-UEPB), junto ao Prof. Dr. Francisco Ferreira Dantas (DQ-UEPB), mais orientandos do Mestrado em Química e alunos graduandos dos Cursos de Graduação (Letras e Pedagogia).

(3) questionário contendo cinco perguntas, permitindo dessa forma identificar o que cada sujeito pensa a respeito do objeto de investigação da pesquisa, conforme anexado ao apêndice 3; (4) uma entrevista transcrita, conforme trechos citados nos resultados e anexado na íntegra ao apêndice 4.

**1º Procedimento:** Folder de divulgação e inscrição para o minicurso contendo a contextualização do que significa o trabalho, os objetivos e os dados requisitados para inscrição. Segue o modelo:

“A proposta de aprendizagem intergeracional e letramento inclusivo sobreveio do projeto de extensão “Práticas de letramentos de pessoas idosas no cotidiano: traçando letras, esculpindo textos”, cujo objetivo foi incluir pessoas adultas e idosas nas diversas práticas de letramentos oral, escrito e digital, proporcionando-lhes outras leituras de/do mundo ao participarem de diferentes aprendizagens úteis à vida cotidiana e participação social. Suas atividades caracterizam-se como práticas e teóricas, direcionadas a um público intergeracional ao considerar que os critérios do tempo/lugar de aprender não se limitam apenas ao calendário e ao espaço escolar, mas ao “tempo” em que se deseja sempre começar de novo. Esta proposta reconhece que os saberes e experiências das pessoas idosas não se perdem nos “saberes daquele tempo”, mas continuam “sendo hoje” no presente, significando um continuum de temporalidades sócio históricas de forma coletiva entre pretérito e presente, entre as partes e o todo social. Os “velhos (as)” ainda têm muito a dizer a sociedade e, esta, a escutá-los e aprender com eles”.

O projeto realizado teve como objetivos a pretensão de: (a) alcançar, ampliar e oportunizar capacidades de leitura e escrita das pessoas envolvidas, com espaço interativo de comunicação, socialização e aprendizagens úteis à vida cotidiana; (b) intercambiar saberes intergeracionais entre os participantes do projeto; (c) proporcionar saberes quanto ao uso das tecnologias, suas comunicações, etc.; (d) realizar oficinas, minicursos, palestras, etc. Com isso, a forma inicial ao relacionamento e comunicação entre organizadores e voluntários deu-se por meio de inscrição no próprio material divulgado, material este em que solicitava-se nome, idade, endereço, escolarização e contato.

**2º Procedimento:** Roteiro com os materiais a serem confeccionados em sala e seus respectivos recipientes de demonstração e utilização, para produção produtos domissanitários. Segue o modelo:

O segundo procedimento ocorreu com base em comum acordo com os alunos, via folder, tendo em vista a solicitação feita pelos mesmos, “*de que para as questões do dia-a-dia, seria ótimo para começo de aprendizado fazer coisas que se utilizam em casa. Só assim a gente aprende, economiza e passa a entender melhor na hora que for comprar esses materiais*”. Nessa perspectiva, os itens listados abaixo seguiram consequentemente a ordem de produção.

A primeira fabricação artesanal foi do desinfetante, pois segundo afirmação dos participantes “*era bom saber como fazer, para ter mais uma opção de cheiro e gosto em casa e quando estivesse arrumando as coisas*”. Segundo o professor de Química, para a produção deste produto, seriam necessários os seguintes materiais: brancol, essência, conservante, renex e/ou ricinoleato e corante.

Já a metodologia consistiu primeiramente em aplicar o ricinoleato ou renex em um recipiente. Em seguida, adicionar essência de preferência pessoal. Consequentemente, misturar pouco a pouco até ao ponto de dissolver. Logo após, adicionar água lentamente para evitar a formação de espumas. Depois, adicionar brancol, conservante e corante, com atenção para a mistura vagarosa e pausada. E por fim, deixar um período descansando durante 24 horas e em seguida engarrafar.

O professor ainda disponibilizou uma tabela com adicionais maiores para quem desejasse produzir em maior quantidade, fomentando também o letramento inclusivo, como é possível observar abaixo.

**Tabela 1**

QUANTIDADE	ESSÊNCIA	BRANCOL	CONSERVANTE	RENEX
1L	30mL	7,5mL	1mL	30mL
10L	300mL	75mL	10mL	300mL
50L	1500mL	375mL	50mL	1500mL
100L	3L	750mL	100mL	3L

Fonte: arquivo pessoal

A segunda confecção rudimentar foi a produção do detergente. Também via folder, segundo opiniões dos voluntários, esse material foi escolhido “*porque o que se compra no supermercado é caro, pouco, só faz espumar e não limpa. Além de que detergentes de algumas marcas deixam as mãos irritadas e cortadas*”. Os materiais indicados foram: ácido sulfônico, amida, lauril (também conhecido como texapon), soda cáustica, conservante, cloreto de sódio, papel indicador, balde, colher de pau, par de luvas, máscaras protetoras e essência.

A metodologia propôs inicialmente, verificar e medir a quantidade de água a ser feito o detergente. Em seguida, colocar em recipiente adequado e adicionar ácido sulfônico. Logo após, mexer com movimentos lentos até total dissolução do ácido. Posteriormente, adicionar a amida e continuar mexendo para a mistura total do ácido/amida. Adiante, adicionar o lauril. Após dissolução, começar a regular o pH, adicionando soda cáustica sempre observando o valor do pH (com papel indicador).

Quando o pH apresentar 7.0 (papel amarelo – esverdeado), não adicionar mais soda. Por conseguinte, adicionar o conservante. Esta base é a universal para qualquer tipo de detergente (maçã, limão, neutro, erva doce, etc.). Em seguida, acrescentar a essência e o corante próprios para cada tipo. Por fim, o sal para engrossar na quantidade proposta (1 colher de chá) e um pouco de água. Para esse item o professor também disponibilizou uma tabela com quantidades mais elevadas aos que desejassem confeccionar em maior número e também para situar o letramento, conforme pode ser visto adiante.

**Tabela 2**

ÁGUA	ÁCIDO	AMIDA	LAURIL	SODA	CONSERVAN- TE	COR	ESSÊNCIA	SAL
1L	100mL	10mL	5mL	--	1mL	--	5ml	1cc <sup>2</sup>
10L	1L	100mL	50mL	--	10mL	--	50mL	1cs <sup>3</sup>
50L	5L	500mL	250mL	--	50mL	--	250mL	5cs
100L	10L	1L	500mL	--	100mL	--	500mL	10cs

<sup>2</sup> 1cc: uma colher de chá

<sup>3</sup> 1cs: uma colher de sopa

400L	40L	4L	2L	--	400mL	--	2L	40cs
------	-----	----	----	----	-------	----	----	------

Fonte: arquivo pessoal

A terceira e última criação foi a produção do sabão em barra ou sabão caseiro. Produto este também requerido através do folder, pelos voluntários. Consoante alegações “*o sabão é o mais antigo, o mais eficiente e o que não causa nenhum dano à saúde, inclusive é o mais barato de todos e faz o mesmo efeito*”.

Os materiais designados foram, 2L de óleo, 360g de soda cáustica, 400mL/litro de água morna ou fria, 20mL de essência, 50mL de álcool, 100mL de suco de limão (coado), colher de pau, balde, forma retangular, par de luvas e máscara protetora.

A metodologia foi composta em primeiro lugar na utilização de máscaras e luvas (devido a soda cáustica ser corrosiva, portanto deveria ser manuseada com cuidado). Logo após e cuidadosamente, dissolver a soda caustica na água e mexer até diluir completamente. Em seguida, acrescentar o óleo (coado) e mexer por cerca de 20 a 30 minutos. Depois, adicionar o suco de limão, a essência e mexer por 5 minutos. Posteriormente, inserir o álcool e mexer por mais 10 minutos. Por último, colocar nas “caixas tetra pak” (material de embalagem contendo várias camadas, a exemplo de leite em caixa, sucos em caixa, etc.) e deixar em repouso por 2 dias, cortar e fazer as observações.

Para esse procedimento não foi necessário tabela de proporções maiores.

**3º Procedimento:** Questionário avaliativo com intuito de observar acertos e detectar erros, contendo informações sobre o participante como nome, endereço, idade e telefone. Além de perguntas sobre a importância dos minicursos, a praticidade dos envolvidos, os benefícios dos produtos, a importância do projeto da universidade etc.

**4º Procedimento:** Entrevista realizada direcionada aos participantes, apesar de nem todos dela participar, as quais foram transcritas que acrescentou informações avaliativa a respeito do minicurso.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

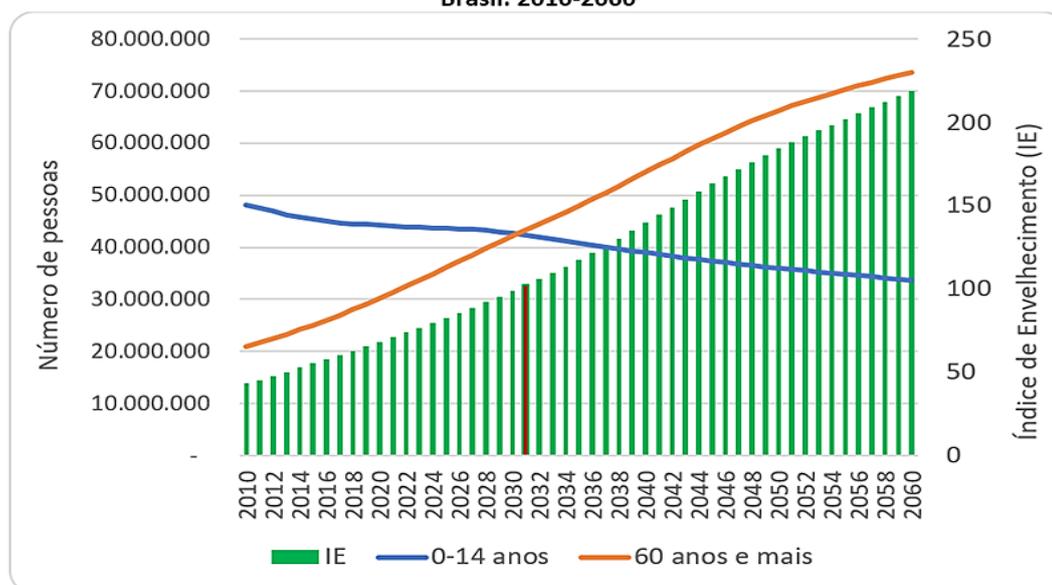
#### 3.1 Idoso Na Sociedade: envelhecimento e demandas sociais

Em um curto período de tempo, diversas são as abordagens acerca da pessoa idosa, a qual tem ganhado mais e mais espaço no âmbito da economia, política entre outros, seja na esfera nacional seja em plano internacional, pautas que vão desde uma busca constante de políticas públicas que beneficiem este segmento da sociedade, a exemplo da busca do segredo da saúde e da longevidade de vida dos idosos de países como Japão, até embates complexos e confusos, como é o caso da discutidíssima Reforma da Previdência em nossa nação. Em certo sentido, o idoso está sendo assistido e/ou tem ganhado proporcionada atenção. A Organização Mundial da Saúde – OMS – (2011) adotou o termo “envelhecimento ativo” para expressar o processo de conquista dessa visão. E também nessa perspectiva, a Organização Pan-americana de Saúde – OPAS –, define o envelhecimento como sendo

um processo sequencial, individual, acumulativo, irreversível, universal, não patológico, de deterioração de um organismo maduro, próprio a todos os membros de uma espécie, de maneira que o tempo o torne menos capaz de fazer frente ao estresse do meio ambiente e, portanto, aumente sua possibilidade de morte. Entendendo que o envelhecimento é um processo natural próprio de todo ser humano, se faz necessário criar meios que garantam uma vida acompanhada de oportunidades contínuas de saúde, participação e segurança. (OPAS, 2009).

Para precisar a respeito da questão do envelhecimento no Brasil, com as novas projeções do IBGE (revisão 2018), o envelhecimento vai ocorrer um pouco mais tarde, no ano de 2031. Como mencionado anteriormente, no ano 2010, havia 48,1 milhões de jovens de 0 a 14 anos e 20,9 milhões de idosos com 60 anos e mais. O Índice de Envelhecimento (IE) era de 43,4 idosos para cada 100 jovens, conforme mostra o gráfico. Em 2018, o número de jovens caiu para 44,5 milhões e o de idosos subiu para 28 milhões, ficando o IE em 63 idosos para cada 100 jovens.

**Número de jovens (0-14 anos) e de idosos (60 anos e mais) e Índice de Envelhecimento (IE)  
Brasil: 2010-2060**



Fonte: IBGE, Projeções de população (revisão 2018) <https://www.ibge.gov.br/>

Com as novas pesquisas, o número de idosos vai ultrapassar o de jovens em 2031, quando haverá 42,3 milhões de jovens (0-14 anos) e 43,3 milhões de idosos (60 anos e mais). Nesta data, pela primeira vez, o IE será maior do que 100, ou seja, haverá 102,3 idosos para cada 100 jovens (veja a coluna vermelha no gráfico). Mas o envelhecimento populacional continuará sua marcha inexorável ao longo do século XXI. No ano de 2055, as projeções do IBGE indicam o montante de 34,8 milhões de jovens (0-14 anos) e de 70,3 milhões de idosos (60 anos e mais). O IE será de 202 idosos para cada 100 jovens. Ou seja, haverá mais do dobro de idosos em relação aos jovens.

Para nos aproximarmos da realidade, agora passemos de vez a esse lado do globo, ao povo tupiniquim e os seus respectivos anciãos. Na tentativa de dar conta de um envelhecimento ativo, vivenciado a partir de processos educativos e de atitudes pautadas em princípios de equidade social, foram recentemente desenvolvidos, no Brasil, o Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso (PNI). Mais especificamente no ano de 2004, foi sancionada a Lei Federal nº 10.741, de acordo com o Diário Oficial da União de 03 de outubro de 2004, que criou o Estatuto do Idoso brasileiro, com o objetivo de regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Diante dessa realidade, o documento oficial, em sua introdução, na página 5, afirma que

o envelhecimento da população brasileira e a maior longevidade das pessoas idosas são, sem dúvida, um novo desafio que, também, aponta

novas perspectivas de vida. Longe de ser frágil, a maioria das pessoas idosas mantém-se em boas condições físicas, realizam as tarefas do cotidiano e contribuem com suas famílias. O envelhecimento da população está se processando em meio a condições de vida, para parcelas imensas da população, ainda muito desfavoráveis (BRASIL. Lei nº 10.741/2004).

A criação deste documento oficial estabelece um marco histórico constitucional quanto ao envolvimento das esferas administrativas e governamentais, as quais foram responsabilizadas pelas ações que devem ser garantidas a toda população idosa do país. O Estatuto do Idoso (2004), no capítulo V, referente a ‘Educação, Cultura, Esporte e Lazer’, em dois de seus seis artigos, assegura ao idoso educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade, no qual, também, o Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna, como também participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais. Tal disposição se faz necessária para que fique evidente que

os direitos assegurados às pessoas com 60 anos ou mais signifique ressaltar questões referentes à saúde e à educação, uma vez que essas duas áreas são fundamentais para o desenvolvimento humano, devendo ser concebidas de maneira articulada, pois ambas abrangem todos os demais aspectos asseverados aos idosos, tais como acesso ao trabalho, ao lazer, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência (MASSI; TORQUATO, *et al.*, 2010).

Consoante relatado acima, as pessoas idosas devem usufruir de atividades que incluam o lazer e o passatempo, mas que, principalmente, fomentem usos e domínio da leitura e da escrita. Essas últimas, conforme vêm sendo reconhecidas e relacionadas a diversos contextos sociais, como letramento, por exemplo. Este trabalho torna-se imprescindível a sujeitos que estão em processo de envelhecimento, para que cada um exerça plenamente sua cidadania, seu papel social, fazendo valer seu direito a uma vida saudável e autônoma, na medida em que participa de maneira ativa e crítica de ações mediadas pela escrita. Nesse sentido, é também por essa mesma linha de raciocínio que

um envelhecimento ativo e saudável depende do desenvolvimento de programas capazes de abranger aspectos relacionados à saúde, à sociabilidade e à educação. Afinal, os objetivos que fundamentam ações de saúde voltadas a pessoas idosas são os de mantê-las independentes física e mentalmente na comunidade e no seio familiar. Para tanto, proporcionar oportunidades educacionais ao idoso é um empreendimento que deve ser considerado na atenção primária em todo território nacional (MASSI; TORQUATO, *et al.*, 2010).

Tanto que, essa atenção primária que deve ser considerada, originou-se no conceito de envelhecimento ativo, criado pela Organização Mundial da Saúde e apresentado no ano de 2002, na 2ª Assembleia Mundial do Envelhecimento, em Madri. O Brasil, em 2004, foi notificado de forma positiva pela OMS, por ter incluído o tema envelhecimento humano sobretudo nos currículos dos cursos superiores. É nessa perspectiva, que o (re)pensar o envelhecimento faz-se a partir da academia e a academia conduz o estudante acadêmico ao Estatuto do Idoso para que este compreenda que

a pessoa idosa pode ser inserida na sociedade de maneira qualificada, assumir papéis relevantes e, por que não, reiniciar um novo ciclo de trabalho. Há um crescente reconhecimento de que o idoso deve ter condição de trabalhar enquanto desejar e os direitos da idade devem ser reconhecidos e recompensados. (BRASIL. Lei nº 10.741/2004).

De outro modo, no que tange à participação direta do idoso, naquilo que lhe é de fato e de direito, ou seja, através de pesquisas comprobatórias em educação que os envolve, observa-se que boa parte do “ainda inexpressivo” envolvimento e/ou engajamento destes sujeitos ocorre mediante um contexto bem mais amplo, como precária condição de vida, falta de oportunidades, preconceito e ojeriza por parte da classe elitizada, o alto índice de analfabetismo, etc.

De acordo com Soares (2004), medidas censitárias, no Brasil de 1940, voltavam-se para avaliação de índices de alfabetização da população e não de letramento. Tanto que o Censo de 1940 considerava alfabetizada a pessoa que soubesse assinar seu próprio nome, refletindo uma sociedade que não voltava sua atenção para a linguagem escrita. Quanto a essa questão, vale ressaltar que o processo educacional formal pelo qual os sujeitos idosos passaram é diferente do processo educacional atual. Afinal, somente a partir da década de 1990 é que a educação brasileira passou a focar sua atenção num trabalho pautado no letramento em função de gêneros textuais diversos. Portanto, é provável que as pessoas com mais idade não tenham contado com um acesso a diferentes gêneros textuais durante os anos que frequentaram a escola.

Nesse desdobramento, foi criado o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), cujos resultados denunciam que o Brasil é uma nação na qual a cultura letrada está amplamente disseminada, mas de maneira desigual e insatisfatória. Dentre a população pesquisada pelo INAF, além de 9% de analfabetos, 31% alcançaram um nível rudimentar de letramento, localizando informações explícitas em textos muito curtos; 34% demonstraram estar em um nível médio de letramento, reconhecendo informações em textos curtos e médios, mesmo que tal informação não estivesse apresentada de maneira literal; e apenas 26% da população atingiram um nível pleno de letramento, lendo textos mais longos, podendo orientar-se por subtítulos, relacionando partes do texto e realizando inferências.

Ainda segundo a revista mencionada anteriormente, esta averiguou através da Fundação Perseu Abramo (FPA), em 2007, uma melhoria mediante tais percalços. Segundo observação coletada, o trabalho indicou que grande parte da população idosa no país não ultrapassou a oitava série do Ensino Fundamental, todavia a geração mais nova tem proporcionado indiretamente mediações que impulsionam relações entre gerações. Camarano (1999), nessa perspectiva, afirma que a escolaridade de idosos brasileiros, considerada a partir do número de anos de estudo formal é expressivamente baixa, porém tal situação vem sofrendo gradativa modificação, uma vez que a escolarização da população mais jovem aponta avanços significativos na educação formal dos futuros idosos brasileiros num curto período de tempo.

A partir do que fora referido até então, no que tange ao processo de envelhecimento e de educação, se faz necessário buscar compreender quais avanços significativos estão contribuindo como indicadores para essa nova perspectiva qualitativa do idoso, seja em políticas públicas para com o idoso de forma geral, seja em envelhecimento ativo saudável “impelido pelo jovem”, especialmente no campo da educação, a partir de questões que envolvem a concepção de linguagem (leitura e escrita) e de como é essencial à vida, o idoso adquiri-la. Contudo, é a partir da mais tenra idade e vai até a o período de maior maturação, ou seja, a terceira idade, que a linguagem oral e escrita concebem a forma de ser de todo o indivíduo. Em outras palavras, a linguagem (ampla) como construtora da identidade. Nesse sentido, de acordo com Franchi (1992), as trocas simbólicas estabelecidas em atividades linguístico-discursivas de leitura e de escrita devem ser tomadas como eventos privilegiados de interlocução para sujeitos que estão envelhecendo.

Não obstante, uma vez que a linguagem está inserida em nossa vida e através dela, em nossa formação como seres falantes e comunicadores, as concepções que a envolvem referente ao ensino são de três modos: a linguagem como forma de expressão do pensamento, isto é, a linguagem traduzindo o pensamento e apresentando uma gramática pré-estabelecida, priorizando regras e ignorando as variações da língua; linguagem como meio de comunicação, ou seja, a língua é um código que ganha forma fora dos pensamentos. Em certo sentido dissuadiu o “autoritarismo, flexibilizou e melhorou o ensino e a interlocução”; linguagem como mecanismo de interação, quer dizer, melhores caminhos para desenvolvimento, funcionamento e manutenção da linguagem. Isso permite seu emprego adequado em diversas situações.

Portanto, paralelo a tais concepções e junto de tais construções que o domínio da língua oral (e por meio da leitura) e escrita é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dele que o indivíduo se comunica, tem acesso a informações, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo e produz conhecimentos. Por isso, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) ao assinalá-las, a escola cumpre sua função de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos (língua), necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos.

### **3.2 Educação Inclusiva**

Para introduzir o assunto, se faz necessário resumidamente lembrar direitos e deveres fundamentais. Nesse sentido, a Carta Magna da nação brasileira, isto é, a Constituição Federal de 1988, legisla em seu terceiro capítulo, da Educação, da Cultura e do Desporto, na seção um, da Educação, no artigo duzentos e cinco que, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No capítulo dois, o documento oficial, já afirmava que a educação é um direito social, quando este visa a melhoria da condição social do indivíduo e que é dever do Estado oferecer-lhe.

No entanto, tendo por base a confiabilidade do Estado de que o idoso seja garantido por lei no que diz respeito à educação, a realidade dos fatos não condiz com a teo-

ria. Contudo, é por meio, sobretudo da Educação Inclusiva, “nascida” na Declaração de Salamanca e do Estatuto do Idoso, que pode-se potencializar a liberdade e os direitos oferecidos pela Constituição Federal.

No tocante à Educação Inclusiva, este embora seja conteúdo recente, é assunto recorrente tanto no cenário educacional nacional como mundial. Tanto que, no que diz respeito a esfera global, em pouco mais de duas décadas, essa temática de educação inclusiva ganhou força sobretudo na Declaração de Salamanca, com referência principal à educação especial, ou seja, pessoas portadoras de deficiência física e/ou cognitiva (UNESCO, 1994). O documento propõe que os alunos com necessidades educacionais especiais tenham acesso às escolas de ensino regular e que essas instituições devem se adequar a essa nova demanda, pois, “*constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos*” (p. 8-9).

No Brasil, no mesmo período decênio é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/ 96), que semelhantemente, determina que pessoas com necessidades educacionais especiais sejam incluídas em escolas de ensino regular. A educação inclusiva, portanto, promoveu uma série de transformações conceituais e organizacionais no sistema de ensino mundial, visando exclusivamente uma pretensão humanista da educação, que entende a escola como um espaço de diversidade e democracia, cuja missão é promover educação para todos.

No segundo capítulo da LDB, referente a Educação Básica, na quinta seção, alusivo à Educação de Jovens e Adultos, o documento oficial propõe e assegura legalmente, em seu capítulo trinta e sete, nos incisos um e três, que

os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames... A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (BRASIL. Lei nº 9.394/1996).

Aprofundando a análise, o que seria e/ou como se pensar educação inclusiva de natureza prática, mas também, por outro lado, o que não seria e/ou configuraria aspectos de uma educação não inclusiva? Para tanto, ao menos dois argumentos se farão necessários para o sustento de como o conceito de inclusão ora é apreciado ora é ignorado.

Elencando o argumento, pode-se pressupor educação inclusiva, em aspectos positivos, a partir de como o indivíduo em certo sentido, se relaciona com o saber, a contar do momento em que o sujeito desenvolve ou não ações de aprendizagens com relação a determinados conhecimentos. Com isso ele aprende também sobre suas potencialidades, suas capacidades e dificuldades de lidar com o saber e modos de enfrentar tais dificuldades.

Desse modo, segundo Charlot (2000, p. 34), pensarmos o sujeito da escolarização na sua relação com o saber letrado é estudar esse sujeito enquanto confrontado com a necessidade de aprender e a presença de “saber”, logo ser incluso no “mundo”. Ao mesmo tempo é nessa relação com o saber, em que se constrói “uma imagem desvalorizada de si”, podendo gerar uma “auto exclusão” de si. Nessa perspectiva, ainda precisamos considerar Charlot (2000) quando afirma que

o sujeito epistêmico é o sujeito afetivo e relacional, definido por sentimentos e emoções em situação e em ato; isto é – para não recorrer a algo inapreensível – o sujeito como sistema de condutas relacionais, como conjunto de processos psíquicos implementados nas relações com os outros e consigo mesmo (p. 70).

No entanto, para a segunda proposta, isto é, de aspectos de uma educação inclusiva “negativa”, o mestre Paulo Freire a muito já havia sinalizado um tipo de impedimento e que é uma das facetas negativas e/ou da não inclusão, isto é, marginalizar o sujeito devido as suas “baixas qualidades ou não conformidades” culturais, econômicas, políticas, sociais, etc. Nesse sentido, a marginalização não é aconselhável e muito menos saudável em qualquer âmbito, de tal maneira que Freire (1980) já antevira que

se a marginalidade não é opção, o homem marginalizado tem sido excluído do sistema social e é mantido fora dele, quer dizer, é objeto de violência. O homem marginalizado não é “um ser fora de”. É, ao contrário, um “ser no interior de”, em uma estrutura social em relação de dependência para com os que chamamos falsamente de seres autônomos. (...) Na realidade, estes homens analfabetos ou não – não são marginalizados. Repetimos: não estão “fora de”, são seres “para o outro”. Logo, a solução de seu problema não é converterem-se em “seres no interior de”, mas em homens que se libertam, porque não são homens à margem da estrutura, mas homens oprimidos no interior desta mesma estrutura que é responsável por esta mesma dependência. Não há outro caminho para a humanização – a sua própria e a dos outros –, a não ser uma autêntica transformação da estrutura desumanizante (Freire, 1980, p. 74-75)

Diante de tais abordagens, o campo dos saberes é transformado “como que em um leque”. Os seus desdobramentos corroboram para que através desses saberes e afins,

exista uma possibilidade sem número de aberturas para se recorrer a outros tipos de aprendizagens, que ao mesmo tempo auxiliem e incluam a pessoa adulta e idosa de forma ativa, como ocorre por exemplo com a educação informal e o letramento. Mas, o que são e como funcionam?

Antes de prosseguir, é válido a ressalva de que existe hoje no Brasil uma política para o idoso: é a Lei 8.842. Ela representa um passo inicial no sentido de reconhecer a importância desse segmento populacional. Essa lei é reconhecida como uma das mais avançadas do mundo, e orienta-se pelos princípios da Constituição Federal de 1988 e também pelos princípios das Nações Unidas: independência, participação, assistência, auto realização e dignidade. Também nessa perspectiva, no quinto capítulo do Estatuto do Idoso, o vigésimo primeiro artigo legisla “*adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso*”. Em certo modo, pressupõe-se, que a partir dessa ordem “adequar” e “metodologias” podem servir de sinônimos para “educação informal” e “letramento” – detalharemos adiante. É nessa perspectiva portanto, que “nasce” a inclusão do idoso propriamente dita.

Para começar a se falar de educação informal é necessário entender o escopo maior que ela está associada. A princípio, o que existe como pano de fundo geral é a busca pela aprendizagem e/ou o desenvolvimento da capacidade de aprender. E é diante de um contexto ao qual estamos inseridos que se aponta novas demandas na área. Com isso, o estudo amplo que a educação informal se enquadra é à aprendizagem organizacional. Pesquisas que se debruçam sobre o tema aprendizagem organizacional apoiam-se basicamente em três tipos de abordagem a cognitiva, a comportamental e a sociológica. Por exemplo,

a abordagem cognitiva pauta-se na premissa de que a aprendizagem é um processo que ocorre em nível individual, ou seja, na mente dos indivíduos, por meio de conexões mentais e ligações cerebrais. A abordagem comportamental, tem como foco de análise a ação do indivíduo após o estímulo para o processo de aprendizagem, ou seja, considera o comportamento frente a uma situação vivenciada. A abordagem sociocultural, ou sociológica, tem como fundamento o fato de que os significados, ações e o conhecimento adquirido são frutos das práticas sociais e coletivas. Estas práticas abrangem significados, artefatos, ações, trocas, experiências e o contexto (OTTANI; COELHO, *et al.*, 2017).

Aprendizagem informal, portanto, além de complementar um arcabouço maior, inclina-se especificamente às áreas de aprendizagem da cultura, da socialização e das

práticas do indivíduo. Logo, essa forma de aprendizagem caracteriza-se por ser predominantemente experimental e não institucional, resultando de situações naturais do dia a dia, onde o indivíduo tem algum grau de consciência de que está aprendendo. Nesse sentido, a aprendizagem informal tem relevante impacto no desenvolvimento da expertise profissional. No entanto,

apesar de não poder ser controlada ou institucionalizada, a aprendizagem informal pode ser estimulada por meio de métodos como coaching, networking, suporte, colaboração de grupo, estímulos, atividades que estejam ou não relacionadas às tarefas cotidianas, momentos de descontração e lazer, atividades artísticas de interesse dos participantes, entre outros. (OTTANI; COELHO, *et al.*, 2017).

Ainda sob a perspectiva da educação inclusiva, é essencial observar perante essa ótica, mais duas facetas que compõem e/ou estão infundidas em seus inúmeros desdobramentos, que são a educação popular (re)nascida em Freire e a interação e/ou relação de diferentes gerações umas com as outras, isto é, “intergeracionalidade” por meio da aprendizagem. Para se compreender tais quesitos, é fundamental atentar que a educação não pode estar tanto restrita aos programas oficiais à revelia do educando, numa concepção de autoritarismo, como também abrangente ao padrão cronológico do aprendente.

Desse modo, educação popular e sua multiplicação é composta por dois viés. O primeiro de forma oficial se alinha a educação de jovens e adultos, no processo de redemocratização do Brasil, com o ensino fundamental obrigatório e gratuito para os que a ele não tiveram acesso em idade apropriada.

No entanto, em retrospectivas de programas voltados para a erradicação do analfabetismo observa-se um encobrimento e/ou silêncio aos mais velhos. Falar de educação popular, de inclusão dos indivíduos fora do padrão cronológico na trajetória escolar é sinônimo de exclusão dos mais vividos, tanto que a base para pesquisas em processo de alfabetização diz respeito à diferença de classe e não diferenças etárias. Por exemplo, a nomenclatura EJA em certo sentido inclui sujeitos, mas em outro “nega” ou não reconhece a realidade da presença de idosos em sala de aula. Em alusão a esse fato a Professora Carmen Nóbrega, em sua dissertação de mestrado, “A Alfabetização de Adultos e Idosos: Novos Horizontes”, em 2006, propôs a mudança de EJA para Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAI.

Uma segunda tendência ao desdobramento de educação popular inicia antes mesmo da legislação de 1988. O desembrulho nessa ótica se dá em meados da década de 1930, com temáticas voltada para alfabetização em massa, onde foi criado o Plano Nacional de Educação de Adultos, com o dever do Estado ao fornecimento de ensino primário integral, gratuito, obrigatório e extensivo para adultos. Através dos desdobramentos que se seguiram, em 49 e 58 ocorreram os dois Congressos Nacionais de Educação de Adultos, sendo o segundo de indescritível sucesso.

A partir desse período, sobretudo com a atuação de Paulo Freire, é que a educação é marcada de forma positiva. Freire rompe com a concepção quantitativa e imediatista da escolarização em massa dos indivíduos. É nesse sentido que a pedagogia freireiana contribuiu significativamente para o processo de educação popular, para a humanização dos sujeitos, principalmente adultos e idosos excluídos, assim contribuindo significativamente, com os principais programas de alfabetização e educação popular. Freire defendia uma prática pedagógica pautada na dialógica, ou seja, uma realidade mais autônoma, consciente e significativa.

### **3.3 Aprendizagem intergeracional**

Quanto ao quesito (inter)relações entre gerações, algumas pontuações se fazem relevantes para contextualizar o presente estudo, principalmente no que tange aos aspectos específicos e desenvolvidos na proposta oferecida pelo minicurso tal qual referentes à aprendizagem. Estudos nessa área, estão em suma, sob demandas da antropologia e sociologia. Segundo pesquisas, é considerável a concentração de tais análises ocorrerem majoritariamente em aspectos de âmbito familiar e minoritariamente aos demais setores sociais. Eles identificam gerações através de experiências familiares, por meio de compartilhamento entre si, e gerações em moldes de organização, a exemplo de movimentos comunitários e históricos, criando assim, diferentes conceitos sejam eles simples ou complexos.

É por esse viés, que o conceito de geração(ões), pelo Sociólogo José Maurício Domingues (2002), é classificado em três elementos básicos: O primeiro deles se refere à família, ao ambiente familiar e as relações de parentesco, como por exemplo, avós, netos e pais. O segundo diz respeito ao conceito de coortes, ou seja: os grupos de indi-

víduos nascidos em proximidade temporal e que avançam as fases da vida em simultaneidade. O terceiro deles fala da experiência vivida de indivíduos e coletividades.

Ademais, a convivência de pessoas de diferentes gerações conseqüentemente ocorre entre diferentes culturas. E na relação intergeracional há troca e aprendizado de ambas as partes por meio do ponto de vista de cada geração, de acordo com suas experiências históricas, sobre determinado assunto ou tema. Por isso que os encontros intergeracionais são aglutinadores e podem se alastrar para outros campos das vidas dos envolvidos, podendo refletir inclusive nas relações extra familiares.

É nesse sentido, que estudos em gerações e relações sociais, contribuem junto às demais ciências para chegar ao que se entende por intergeração, intergeracionalidade, bem como aos grupos ou atividades intergeracionais, os quais promovem tanto a inclusão social como o desenvolvimento da comunidade, favorecendo a dignidade humana. Além de caminhar junto ao aumento da expectativa de vida e os seus atuais desdobramentos, a exemplo do envelhecimento populacional. Magalhães (2000) entende intergeracionalidade como: “estudo e prática das relações espontâneas entre gerações e da indução e institucionalização de relações intergeracionais, utilizando campos de ação próprios, com métodos e técnicas utilizados por agentes sociais, facilitadores e catalisadores das aproximações e interligações” (p. 41).

Para tanto, nesse convívio, a transmissão dos saberes não é linear, e ambas as gerações possuem sabedorias que podem ser desconhecidas para a outra geração. Essa troca de saberes possibilita vivenciar diversos modos de pensar, de agir e de sentir, e assim, poder renovar as opiniões e visões acerca do mundo e das pessoas. Essa renovação e transformação ocorrem reciprocamente, em um movimento constante de construção e desconstrução. Dessa forma, as atividades intergeracionais proporcionam um espaço em que as diferentes gerações, respeitando as suas diferenças, criam uma história comum, a partir das sabedorias de cada integrante do grupo, respeitando as diversidades e o conhecimento de cada um. Goldman (2002) define da seguinte maneira:

Mesmo que cada geração tenha características e marcas próprias, compartilhadas por toda a sociedade, deve-se observar que as gerações não se apresentam sob a determinação de um único grupo, mas sim como referência aos grupos que formam o conjunto social. Essa síntese seria justamente o conteúdo geracional, ou melhor, através do conteúdo geracional determinados fenômenos culturais acabam simbolizando diferentes grupos etários e, como consequência, uma geração inteira. O conteúdo geracional contempla questões como: solidarieda-

de, amizade, união, esperança e rebeldia, que se remetem a um forte símbolo intergeracional (p. 1).

Cada geração tem interesses próprios, decorrentes das vontades individuais e das influências políticas, econômicas, sociais e culturais, como também, podem ter interesses comuns diante de determinadas questões relacionadas à vida, à atualidade, à política, etc.; e por essa diversidade é que surge a possibilidade de transmitir e adquirir novos saberes a partir das semelhanças e diferenças de cada geração. Ainda segundo Goldman (2002), *“intergeracionalidade é um conceito que se vive, que se aplica à vida cotidiana. É uma forma de aproximação entre as gerações para melhor compreender e buscar, solidariamente soluções aos problemas que envolvem todas as faixas etárias”*.

Consequentemente, o grupo se torna um espaço ímpar para assimilação de novas atitudes e atividades, promovendo mudanças rápidas e eficientes. Neste permite-se que se veja uma mesma situação de maneiras diferentes, favorecendo o respeito às diferenças, com o intuito de informar, esclarecer, reorganizar. Além de que apoia e melhora o relacionamento interpessoal e, neste sentido, o compartilhar faz descobrir identidades. E embora o grupo seja um lugar de interação e comunicação, não são apenas as características sociais que se desenvolvem. Nele as pessoas podem tomar consciência dos seus traços mais individuais, dos seus medos, do que acha que deve ser guardado como segredo, dos sentimentos mais ocultos, que podem ou não ser partilhados, de suas preferências, de seus gostos, de sua função e do seu papel dentro e fora dele.

Portanto, para a viabilidade do desenvolvimento de Programas e Projetos Intergeracionais, devemos trabalhar com uma metodologia própria, que facilite os encontros e que resultem em ações conjuntas, em atividades sociais escolhidas pelo grupo intergeracional, para que haja a viabilidade possível de discutir temas referentes às características, necessidades, preocupações, semelhanças e diferenças intra e/ou intergerações, conflitos e possibilidades de intercâmbio entre pessoas de faixas etárias bastante diferentes.

### **3.4 Letramento e desdobramentos sociais**

No que diz respeito ao letramento, muito tem sido pesquisado e desenvolvido ultimamente, além de ser de bastante competência. A exemplo, do artigo da Revista da Faculdade de Educação da USP, intitulado, *“Desigualdades educacionais e letramento”*, dos alunos Marcos Antônio Batista da Silva e Cleomar Azevedo, de 31 de Outubro de 2018. Trabalho este que referencia o apanhado histórico, os principais significados de

letramento e seus respectivos estudiosos, que vai desde o surgimento e seus conceitos básicos até os desdobramentos atuais e um tanto mais complexos.

Para tanto, o termo letramento pode ser considerado bastante atual no campo da educação brasileira, pois ao que se sabe, até antes da década de 80 não se utilizava tal termo. O que deve estar de pano de fundo é interrogar por qual motivo seria necessário se ter mais um termo e/ou trabalho incorporado ao campo educativo, uma vez que já observamos a contribuição de Freire para aquelas épocas? No entanto, inicialmente, é a partir da compreensão da necessidade apresentada também daquele período que se entende o surgimento do termo desenvolvido.

De acordo com Mary Aizawa Kato (1986), consoante citato por (*apud* Silva; Azevedo, 2018) o termo letramento foi introduzido em meados da década de 1980. Uma das primeiras ocorrências está no livro da autora, “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”. O livro evidencia aspectos de ordem psicolinguística que estão envolvidos na aprendizagem da linguagem escolar das crianças. Kato discorre sobre

“a relevância da escrita como representação da fala, discute sobre seu surgimento, enumera alguns problemas a respeito do sucesso ou do fracasso da aprendizagem da leitura e da escrita, bem como indica pontos para reflexões no que tange às soluções didático-pedagógicas para os problemas abordados, além de discutir sobre as teorias de aquisição da linguagem”. (SILVA; AZEVEDO *apud* KATO, 2018).

No que tange a tais questionamentos, seguindo o percurso natural de desenvolvimento a respeito da aprendizagem, das teorias e sobretudo do “novo termo revolucionário”, e com as atenções voltadas aos debates acerca do alfabetismo e analfabetismo da época, era necessário incorporar uma nova roupagem ou um novo significado que servisse de suporte, e que ao mesmo tempo abarcasse e facilitasse a sistematização de tais problematizações. Nessa perspectiva, anos posteriores, segundo Leda Verdiani Tfouni em sua obra “Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso, de (1986) conforme menciona (*apud* Silva; Azevedo, 2018), a autora propôs explicitar alguns aspectos do funcionamento cognitivo de adultos brasileiros não-alfabetizados, através da observação de como eles usam a linguagem, em situação dialógica, numa tarefa específica: a compreensão de raciocínios lógicos-verbais. Nas palavras da autora

“a alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem. Enquanto alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por uma pessoa, ou um grupo de pessoas, o letramento dá ênfase aos as-

pectos sócio históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade. Em vista disso, para a autora, o letramento objetiva investigar quem é alfabetizado, mas também quem não é alfabetizado, e, nesse sentido, desliga-se de verificar o individual e centraliza-se no social” (SILVA; AZEVEDO *apud* TFOUNI, 2018).

Conseqüentemente, após a aceitação e inovação do processo educativo com o novo termo, se fez necessário entre os estudiosos daquele período, procurar como aquela nova teoria poderia ser caracterizada e enquadrada ora respeitando as diferenças apresentadas ora apresentando similaridades aos seus pares. Nesse sentido, de acordo com Angela Del Carmen Bustos Romero de Klaiman (1985), consoante menciona (*apud* Silva; Azevedo, 2018), a autora define o letramento como “*um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistemas simbólicos e enquanto tecnologia, em contextos específicos*”. A autora dá ênfase à necessidade de se considerar o ambiente social em que o sujeito está interagindo. Apesar de estarem indissolúveis e interligados, escrita, alfabetização e letramento nem sempre têm sido enfocados como um conjunto pelos pesquisadores; enquanto os sistemas de escrita são um produto cultural, a alfabetização e o letramento são processos de aquisição de um sistema escrito. O letramento focaliza os aspectos sócio históricos da aquisição da escrita.

De um lado, portanto, o conceito de letramento começou a ser introduzido nos meios acadêmicos buscando separar os estudos sobre o impacto social da escrita dos estudos sobre a alfabetização, cujas conotações escolares destacam as competências individuais no uso e na prática da escrita. De outro, os estudos sobre letramento examinaram o desenvolvimento social que acompanhou a expansão dos usos da escrita desde o século XVI, tais como as mudanças políticas, sociais, econômicas e cognitivas.

Posto que a sociedade acadêmica já se acostumara aos novos desdobramentos, as pesquisas sobre letramento foram sendo aperfeiçoadas para descrever as condições de uso da escrita, a fim de determinar como eram, e quais os efeitos das práticas de letramento em grupos minoritários, ou em sociedades não industrializadas que começavam a integrar a escrita como uma tecnologia de comunicação de grupos que sustentavam o poder. Ou seja, os estudos sobre letramento pressupunham que os efeitos estariam relacionados às práticas sociais e culturais dos diferentes grupos que usavam a escrita, tanto que para Soares (2004, p. 47), conforme afirma (*apud* Silva; Azevedo, 2018), “*letramento é estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita*”.

Diante disso, aspectos que envolvem toda humanidade como segurança, saúde e especificamente a educação, estudo do presente trabalho, se faz viável averiguar por quais vieses e caminhos a população mundial se guia em aspectos de letramento. É observando outras nações e acompanhando o desdobramento em meio aos novos avanços sociais e tecnológicos incluindo a comunicação, em certo sentido, que o letramento causou uma diversidade de (o)posições que desencadeou-se tanto aqui no Brasil como na Europa, causando modificações nas atividades contemporâneas. “*O uso do letramento digital tem atingido o processo de alfabetização e letramento, levando pesquisadores a investigar sobre as consequências dessas novas práticas na sociedade*” (SILVA; AZEVEDO, 2018).

Por fim, uma vez que o letramento passou a ser compreendido como um fenômeno mais amplo e que ultrapassa os domínios da escola e, que em certo sentido “atinge” o professor, é de fundamental importância uma reflexão por parte deste, para que haja também um direcionamento nessa ótica de letramento. É necessário ao docente como participante ativo, observar que semelhante a qualquer outro trabalho que exijam do indivíduo esforços cognitivos e discursivos, assim também ocorre efeitos sociais por meio do letramento digital, ao qual o educador precisa em certa medida adaptar-se e inovar-se. É sob essa perspectiva que os pesquisadores da revista supracitada observaram que,

para que existam suficientes oportunidades de aprendizagem envolvendo novas tecnologias entre os jovens (e adultos) da educação básica, há a necessidade de uma formação inicial e continuada melhor estruturada e conscientizada para formação de professores letrados digitalmente e motivados a aplicar esse conhecimento no dia a dia de suas salas de aula. Observa-se, também, que outros processos sobre letramento caminham paralelamente e não simultaneamente, ou seja, o aprendiz precisa dominar códigos necessários do seu cotidiano. Em vista disso, estaríamos desenvolvendo um processo de aprendizagem de letramento, direcionando o sujeito a escrever e ler diferentes gêneros com a preocupação acerca dos usos sociais da leitura e da escrita, de acordo com a sua realidade. Podemos destacar, como exemplo, o cumprimento do Estatuto do Idoso brasileiro, Lei nº 10.741/03, e as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. (SILVA; AZEVEDO, 2018).

Portanto, é mediante a todo desdobramento que fora abordado no presente tópico, começando pela legitimidade da educação, do direito do indivíduo de desfrutar da mesma, acobertado por lei e em quaisquer situações, seja sã ou não, tendo o Estado como devido promotor; passando pelo desdobramento de documentos importantes, os

quais fomentaram mais e mais direitos, inclusões e privilégios; e apresentando um desfecho mais acurado, de como as novas demandas exigem um novo olhar. Todas as etapas, requerem naturalmente, que se pense em novas vias alternativas e com alternativas, para a educação de forma geral, mas para a aprendizagem, inclusão intergeracional e letramento/s de forma específica. Para tanto, o desenvolvimento do tópico a seguir norteia-se por meio desses parâmetros.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

##### **4.1 Letramentos Cotidianos: saberes e fazeres**

Será apresentado abaixo em quadros características dos alunos bem como suas participações nos procedimentos já mencionados outrora, para facilitar o direcionamento. Para tanto, visando respeitar os critérios e padrões de ética à identidade dos envolvidos, os mesmos serão representados através da letra “P” significando participante mais o acréscimo de numerais para seguir uma sequência lógica, por exemplo, P1, P2 etc.

O primeiro quadro faz referência ao procedimento número um, do folder de divulgação e inscrição, situado na metodologia, o qual solicita o perfil social, etário e educacional dos convidados.

**Quadro 1**

<b>PARTICIPANTE</b>	<b>SEXO</b>	<b>IDADE</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
<b>P1</b>	F	17	FUNDAMENTAL	UM ENCONTRO
<b>P2</b>	F	17	MÉDIO COMPLETO	UM ENCONTRO
<b>P3</b>	F	29	7ª SÉRIE	DOIS ENCONTROS
<b>P4</b>	F	33	INCOMPLETO	DOIS ENCONTROS
<b>P5</b>	F	39	MÉDIO COMPLETO	TODOS OS ENCTS
<b>P6</b>	M	42	MÉDIO COMPLETO	TODOS OS ENCTS
<b>P7</b>	F	48	2ª SÉRIE	DOIS ENCONTROS

<b>P8</b>	F	54	FUNDAMENTAL	DOIS ENCONTROS
<b>P9</b>	F	60	MÉDIO COMPLETO	DOIS ENCONTROS

Fonte: arquivo pessoal

O quadro número um exibe características intergeracionais pertinentes dos alunos, segundo o material que lhes fora entregue, especialmente, no que tange ao processo de participação em todo trabalho seja ele parcial/incompleto ou total/completo. Como já fora mencionado, o projeto piloto seria para pessoas idosas, mas devido a demora e/ou procura do público específico, considerou-se aceitação de participante aqueles que demonstraram interesse. Em vista disso, foi posto em exercício um dos desdobramentos teóricos apresentados nesse trabalho que é a questão da inclusão e a relação entre gerações. Em certo sentido, ocorrera o que já avaliara Magalhães (2000) “*prática das relações espontâneas entre gerações e da indução e institucionalização de relações intergeracionais, utilizando campos de ação próprios, com métodos e técnicas utilizados por facilitadores*”.

Os dois primeiros encontros visaram a apresentação do minicurso, os trabalhos os quais seriam desenvolvidos, os voluntários colaboradores, a metodologia e as orientações sobre os devidos cuidados a serem tomados, uma vez que se manusearia materiais químicos, tóxicos e prejudiciais à saúde, caso em contato direto com a pele.

Em ocasião ao primeiro procedimento, realizado após inscrição e contato com os alunos, a contextualização do minicurso ocorreu de forma didática e dinâmica, no que diz respeito aos aspectos teóricos, sob a direção, ensino e mediação da Professora Zélia. Com maestria, a professora conduziu as explicações, norteando o público sobre os diversos saberes em relação ao letramento e a inclusão de indivíduos no presente contexto educacional. A mesma elencou situações do cotidiano em que se pode desenvolver habilidades de leitura e escrita fora do “padrão”, como ir ao supermercado, anotações em casa de lista de compras, etc., proporcionando assim diálogos entre as gerações ali presentes e despertando novo interesse e curiosidade aos envolvidos.

Para que fosse necessário iniciar e dar continuidade aos procedimentos químicos propostos, foi fundamental a colaboração e orientações do Professor de Química, acerca de cuidados e manuseios de tais produtos. Segundo o professor, condições mínimas de

consciência e higiene precisariam ser seguidas à risca, para que fosse possível tanto a confecção do material bem como a própria saúde do aluno fosse preservada, uma vez que trabalhara-se com matéria-prima tóxicas e não comum ao público. Diante disso, foi (re)introduzido ao público novas linguagens e novos saberes. Além da distribuição de luvas, jalecos, máscaras de proteção, etc. De forma atenta e receptiva, os alunos acompanharam, compreenderam e discutiram o que lhes fora disponibilizado.

Momentos específicos dentro desses primeiros encontros foram sobre prevenção, isto é, o que é EPI (Equipamento de Proteção Individual – jalecos, óculos, luvas, máscaras de proteção respiratórias, etc.), EPC (Equipamento de Proteção Coletiva – chuveiros, extintores, primeiros socorros, como lavar olhos em água corrente, etc.). Também foram apresentados vídeos sinalizadores com acidentes, intoxicações, queimaduras térmicas e químicas, além de regras gerais de conduta, tais como lavar as mãos, não ingerir, não inalar, não manusear material desconhecido e sem permissão como com os perigos proporcionados pela Soda Cáustica e do Ácido.

A imagem abaixo apresenta alguns alunos voluntários universitários do curso de letras e química e convidados interessados no minicurso no primeiro encontro.

Fotografia 1



Fonte: arquivo pessoal

Ainda segundo os dados supracitados, dois fatores que fomentam a aprendizagem intergeracional e o letramento inclusivo, “a parte do ensino tradicional”, são as diferenças entre as idades e os graus de escolaridade. A BNCC, para as Ciências Naturais, propõe que ela

tem um compromisso com o desenvolvimento do letramento científico, que envolve a capacidade de compreender e interpretar o mundo (natural, social e tecnológico), mas também de transformá-lo com base nos aportes teóricos e processuais das ciências. Em outras palavras, apreender ciência não é a finalidade última do letramento, mas, sim, o desenvolvimento da capacidade de atuação no e sobre o mundo, importante ao exercício pleno da cidadania (BRASIL. Ministério da Educação, BNCC, 2017).

Não obstante, faz-se necessário mencionar que mesmo em meio ao letramento junto às Ciências Naturais existe toda uma cautela e reconhecimento com a dificuldade da linguagem que o cerca. De acordo com Galagovsky e Bekerman (2009), conforme cita (*apud* Moreno; Murillo, 2018), uma dessas dificuldades é a linguagem empregada, ou melhor, o conjunto de linguagens. Por um lado, é utilizada uma linguagem verbal, com um vocabulário específico cujas significações costumam ser difíceis para os estudantes. Por outro, estão as representações gráficas, altamente simbólicas no sentido de representar uma realidade não observável. Por último, está a linguagem matemática para as fórmulas químicas, que envolvem códigos e formatos sintáticos específicos.

O segundo quadro, a seguir, faz referência ao procedimento número dois, o roteiro com os materiais a serem confeccionados, mencionado na metodologia do presente trabalho. Este quadro também aponta o desenvolvimento intergeracional e o envolvimento inclusivo dos participantes.

### **Quadro 2**

<b>PARTICIPANTE</b>	<b>SEXO</b>	<b>IDADE</b>	<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
<b>P5</b>	F	39	MÉDIO COMPLETO	TODOS OS ENCONTROS
<b>P6</b>	M	42	MÉDIO COMPLETO	TODOS OS ENCONTROS

Fonte: arquivo pessoal

Observando o quadro dois de forma direta, percebe-se uma significativa disparidade dos alunos presentes nos primeiro e segundo encontros. Não houve justificativa prévia para evasão (evasões estas que ocorreram paulatinamente) ou desistência do minicurso, contudo foi respeitado o tempo/espço dos desertores, mesmo de posse dos organizadores os contatos dos mesmos.

Seguindo a etapa dos resultados, uma observação é necessária, e diz respeito aos gêneros participantes. Não houve disparidade ou especificidade de gêneros em detrimento do outro, ou seja, providencialmente ocorreu uma equivalência de ambos os sexos. Muito embora seja pontuado em artigos sobre a temática de letramento e inclusão de pessoas idosas e adultas a prevalência do gênero feminino e de baixa escolaridade. Ao que se percebe permaneceram uma mulher e um homem, ambos de idade adulta e escolaridades médias completas. Foi a partir do terceiro encontro que se iniciou e se seguiu com a produção dos produtos pré-anunciados, detergente, desinfetante e sabão caseiro/barra. O P5 e o P6 seguiram à risca os procedimentos primários para que tivessem êxito no processo de produção dos mesmos.

Os encontros subsequentes, referente a confecção propriamente dita, de materiais de limpeza e com a colaboração do professor, ocorreu primeiramente com a produção de *desinfetante*. Produto este, que semelhante aos demais, e segundo os alunos, “*é indispensável ter em casa e que muitas das vezes é caro e não tem tanto rendimento*”. Todos os encontros a partir de então se iniciou de forma uniformizada, onde os alunos, quando necessário, trajavam vestuários próprios para a produção. Na ocasião dessa fabricação artesanal, observou-se a interação e participação de todos, ora manuseando produtos ora auxiliando aos colegas, sempre com atenção ao que estava sendo transmitido pelo professor.

As figuras dois, três e quatro mostram momentos da produção do detergente.

Fotografia 2



Fonte: arquivo pessoal

Fotografia 3



Fonte: arquivo pessoal

Fotografia 4



Fonte: arquivo pessoal

O preparo do segundo produto, o *detergente*, ocorreu semelhante ao anterior, no que diz respeito aos processos iniciais de padronização de cuidado, isto é, luvas, máscaras e modos de atenção, como misturas, movimentos lentos, etc. No entanto, dentre as particularidades deste item, uma que foi desenvolvida e chamou a devida atenção, foi para a regulação do *pH*.

Nas devidas proporções salvaguardadas pela Química, segundo o professor, tal manutenção do “*potencial Hidrogeniônico?*” deve ser observado atentamente em papel indicador, material este oficial para indicar a neutralidade e adequação do produto confeccionado. Uma observação foi feita pelo professor, de que o neutro na fabricação desses itens não são sinônimos para aquilo que é incolor e inodoro. Diante disso, foi realizado pelos alunos vários testes até chegar ao ponto requerido, implicando assim, envolvimento e interação dos envolvidos.

As imagens que figuram abaixo mostram o momento da produção do detergente e com a regulação do *pH*.

Fotografia 5



Fonte: arquivo pessoal

Fotografia 6



Fonte: arquivo pessoal

Seguindo a proposta e as produções, desta feita com a confecção do *sabão em barra* ou *sabão caseiro*, notou-se mais uma vez o empenho e participação da turma. Também com os devidos cuidados com o corpo e a saúde. Dois momentos merecem destaque: o primeiro é o de um item comum a todos, o óleo de cozinha. Item este que ganhou (res)significado a partir do momento em que se (re)descobriu o seu valor. O professor instruiu aos alunos o quão necessário era o óleo para fabricação do material de limpeza, e que ao invés de descarte o item poderia ser (re)utilizado e (re)aproveitado como benefício próprio para higiene do ambiente e objetos como também uma forma de rentabilidade. O outro momento de atenção foi à observação realizada pelo professor, no que tange ao cuidado com manuseio a considerável quantidade de soda caustica.

Uma participante do minicurso pontuou que *“foi uma experiência enriquecedora que mostrou como poderíamos produzir produtos de necessidade diária, e também pudemos enxergar perigos na confecção desses produtos”*, revelando que os saberes acerca do manuseio adequado destes produtos, comumente, utilizados nos serviços domésticos, contribuem para uma melhor qualidade ao longo da vida em termos respiratório, alérgicos, pois foram orientados para a leitura dos seus elementos químicos.

O quadro 3 faz referência a conclusão procedimental do minicurso em forma de questionário avaliativo pelos participantes mencionados no tópico da metodologia, que aponta o êxito da realização do minicurso verificado nas suas informações coletadas, destacando-se a avaliação de uma dos participantes ao revelar a importância do minicurso para a sua vida, verificando-se seus relatos a frente.

### Quadro 3

PARTICIPANTE	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	FREQUÊNCIA
P6	M	42	MÉDIO COMPLETO	TODOS OS ENCONTROS

Fonte: arquivo pessoal

Ao finalizar o minicurso todos o avaliaram de forma positiva, porque contribui para que eles reelaborassem prática de consumo cotidianas, no entanto, o participante P6 releva de forma pontual suas contribuições na vida cotidiana, além de tecer referências sobre sua aprendizagem nas trocas de saberes quanto ao consumo ou produção destes produtos de limpeza, expondo-se algumas avaliações acerca da sua importância cotidiana.

*O curso de extensão foi bastante propício para o meu desenvolvimento e comunicação com outras pessoas.*

*A temática do curso além de muito atual e engajada com as mudanças sociais que estamos passando no país, serviu para absorção de novos letramentos até então desconhecidos por mim..*

*O minicurso foi muito bom. Aprendi a fazer os produtos e assim ganhar um dinheiro extra...*

*Perfeito, gostei muito. Se eu pudesse levaria meus amigos para aprender um pouco deste projeto lindo da UEPB...*

Apesar de nem todos participarem do questionário avaliativo porque alguns não quiseram responder e, outros, não tiveram presentes no dia da sua aplicação, os que dele participaram responderam que o minicurso lhes proporcionaram mais segurança quanto ao consumo destes materiais utilizados no dia a dia dos serviços domésticos. Neste texto, destaca-se a avaliação de P6 que expõe suas práticas de letramentos, relacionadas aos produtos domissanitários reelaboradas não apenas quanto a sua confecção e consumo, mas em termos de sua comercialização ao confessar que após participar deste minicurso conseguir abrir um pequeno negócio financeiro particular.

Sobre a importância do minicurso oferecido pela equipe da UEPB no que se refere aos produtos domissanitários (desinfetante, detergente e sabão em barra) produzidos por P6, respondendo que o considerou “*muito interessante, pois pra mim foi de suma importância*”. Igualmente este participante enfatizou que aplicou os saberes e fazeres adquiridos no minicurso na vida prática ao afirmar, positivamente que “*sim*”, pontuando que estava os “*fabricando para comercializar*”. Logo após, em outro questionamento, buscou-se saber acerca de outros possíveis benefícios das práticas de letramentos relacionadas aos saberes químicos que constituem esses produtos, pois afirmou que “*além do aprendizado, fiz amigos e pude abrir uma pequena fábrica*”.

Também, foi requerido do “P6” se o mesmo estaria adquirindo produtos no mercado de forma mais consciente, a partir das aprendizagens adquiridas e discutidas nas interações intergeracionais, respondendo que “*sim, pois sei o custo do produto e o trabalho exigido na fábrica*”. Por fim, foi pedido a este participante que avaliasse o projeto em forma de minicurso ofertado pela UEPB, o mesmo respondeu que considerou “*excelente, e espero que continue com projetos dessa maneira*, deixando sugestões de funcionamento para novas propostas de extensão universitária. A quarta e, última etapa, dos instrumentos de coleta de dados é a entrevista mencionada na metodologia. Momento em que consideramos de vital importância apresentar na íntegra anexado ao apêndice 4, uma vez que superou as expectativas. Apresentaremos as imagens de arquivo pessoal, a partir da figura 7, que ressaltam a validade do minicurso oferecido, além da entrevista transcrita norteada pelo questionário, consoante informado. Em outras palavras, o P6 conclui o minicurso com êxito e o retorno vai além do esperado. Logo abaixo segue imagens dos produtos domissanitários fabricados em grande escala pelo mesmo, além do seu estabelecimento comercial e ao final a transcrição da entrevista.

Nas produções domissanitárias realizadas no decorrer do minicurso, foi possível destacar semelhanças e particularidades concernentes a cada etapa realizada. Etapas estas que foram desde uma introdução do trabalho proposto até a confecção dos materiais propriamente ditos. De forma geral, percebeu-se o entusiasmo por e para novas aprendizagens por meio da inclusão, do letramento e da relação entre as diversas faixas etárias. Procuramos discorrer de forma mais detalhada, referente as relações entre geração, letramento e inclusão nos tópicos seguintes.

Uma observação pontual, se faz ao resultado geral da metodologia que, partindo dos pressupostos teóricos e das legislações, os quais em certo sentido estão diluídos em todo o resultado do minicurso, seja com noções de envelhecimento a partir do censo comum, seja através dos direitos oferecidos, proporcionados e garantidos por lei. Ou mesmo, por meio de estudos teóricos dos mais simples aos mais complexos, nos mais variados campos do saber e com os mais diferentes autores, estudiosos e teóricos, teve-se em vista, única e exclusivamente, disponibilizar uma educação que (re)incluísse o indivíduo a própria educação, o incluísse à sociedade vigente, proporcionasse relação entre as gerações das diversas faixas etárias envolvidas em sala, com a finalidade de ter uma vida (envelhecimento) mais ativa, mais partícipe e mais saudável de forma autônoma, consciente e significativa.

As imagens destacadas abaixo mostram o produto desenvolvido pelo participante P6, a fabricação em grande escala conforme tabela de proporções maiores e o estabelecimento do mesmo.

Fotografia 7



Fonte: arquivo pessoal



Fotografia 8

Fonte: arquivo pessoal



Fotografia 9

Fonte: arquivo pessoal



Fotografia 10

Fonte: arquivo pessoal

Estas fotos representam de forma mais nítida mudanças nas práticas do consumo e comercialização do participante P6, percebendo-se que além de dominar o letramento dos saberes da químicos utilizados nos produtos domissanitários para sua confecção, consumo e comercialização com várias fragrâncias, foi capaz de produzir um texto publicitários da sua marca original do mercado: “Me use”. O participante P6 consegue ultrapassar os limites textuais da área da Química e amplia o texto linguístico-discursivo baseado no *designer* publicitário na divulgação, venda e encomendas dos seus produtos, o mesmo se afirmando cada vez mais nas práticas de letramentos no trato com os produtos domissanitários.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o aumento da população adulta, sobretudo idosa, a sociedade tem sido obrigada a rever seus projetos sociais, políticos, econômicos, culturais e educacionais. O envelhecimento com qualidade de vida e, portanto, saudável, só pode se efetivar a partir do momento em que os idosos sejam (re)considerados cidadãos e capazes de (re)construir sua história com dignidade e autonomia. Entendemos que um trabalho que se adeque a realidade da pessoa adulta e idosa, por meio de atividades intergeracionais, vise possibilitar unicamente a promoção de um envelhecimento ativo, digno e bem-sucedido, pautado nos princípios da equidade social.

Os resultados dessa pesquisa indicam que é necessário ressignificar alguns conceitos históricos na relação dos indivíduos com o tipo de aprendizagem que lhes é oferecido, para que por meio de novas vias alternativas, desfrutem, consumam e produzam na sociedade vigente. Afinal, apesar das dificuldades conhecidas é possível oferecer o novo. Nesse sentido, entendemos ser imprescindível que políticas públicas promovam atividades voltadas às práticas de letramento e inclusão junto a esses sujeitos e de outras gerações. Tais atividades devem auxiliar a sanar as dificuldades apresentadas. Dessa forma, estaremos trabalhando para determinar a inserção social, a cidadania e a autonomia dos sujeitos em processo de envelhecimento.

Nessa direção, portanto, é preciso ressaltar a necessidade e a importância de novos estudos e pesquisas direcionadas à população adulta e idosa, no sentido de consolidar os papéis educacionais inclusivos de letramento e os desenvolvimentos intergeracionais, principalmente nas licenciaturas para que haja significativa participação na promoção de cidadania dos tais indivíduos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vera Lúcia V. GONÇALVES, M.P. & LIMA, T.G. **Direitos Humanos e Pessoa Idosa: publicação de apoio ao Curso de Capacitação para a Cidadania: Atenção e Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005. p.: 30 cm. Disponível em: <[http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/\\_livros/2.pdf](http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_livros/2.pdf)> Acesso em: 2 jul. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 16 jul. 2019.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.741/2004. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 out. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/2004/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2004/L10.741.htm)> Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 30 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Básica. Fundamentos pedagógicos e estrutura geral da BNCC.** Brasília, DF, 2017. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=56621-bnccapresentacao-fundamentos-pedagogicos-estrutura-pdf&category\\_slug=janeiro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=56621-bnccapresentacao-fundamentos-pedagogicos-estrutura-pdf&category_slug=janeiro-2017-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: 17. jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso / Ministério da Saúde - 3. ed., 2. reimpr.** - Brasília: Ministério da Saúde, 2013. PDF. 70 p. Disponível em: <[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto\\_idoso\\_3edicao.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_3edicao.pdf)> Acesso em: 15 jul. 2019.

CAMARANO AA, Beltrão KI, Pascom ARP, Medeiros M, Carneiro IG, Goldani, AM, et al. **Como vai o idoso brasileiro?** Texto para discussão 1999; 10 (2): 1-63.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em <<http://www.dudh.org.br/wpcontent/uploads/2014/12/dudh.pdf>> Acesso em 28 jul. 2019.

DOMINGUES, J. M.; **Gerações, modernidade e subjetividade coletiva.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 14, n.1, p. 67-89, 2002.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Idosos no Brasil: vivências desafios e expectativas na 3ª idade.** São Paulo: Serviço Social do Comércio; 2007; Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/>> Acesso em: 02 ago. 2019.

FRANCHI, C. **Linguagem: atividade constitutiva**. Cadernos de Estudos Linguístico 1992; 22: 9-39.

FREIRE, Paulo. **Conscientização, teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.

GOLDMAN, Sara Nigri. **Gerações: notas para iniciar o debate**. Revista GerAção, Rio de Janeiro, a. 1, n. 1, p. 2-9, dez. 2002.

IBGE. **Censo Demográfico. 2010**. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em: 02 jul. 2019.

IBGE. **Projeção da População 2018: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047**. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>> Acesso em: 17 jul. 2019.

IBGE. **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em 2 jul. 2019.

IBGE TEEN. Brasília, 2011 Disponível em: <<https://teen.ibge.gov.br/>> Acesso em: 15 jul. 2019.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **O envelhecimento populacional segundo as novas projeções do IBGE**. Disponível em: <[www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)> Acesso em 2 jul. 2019.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, Ação Educativa. INAF Brasil 2009. **Indicador de alfabetismo funcional: principais resultados [Internet]**. Instituto Paulo Montenegro: SP, 2009 Disponível em: <<http://www.ipm.org.br/ipmb>>. Acesso em 23 jul. 2019.

LDB – Leis de Diretrizes e Bases. **Lei nº 9.394. 1996**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso 28 jul. de 2019.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **Intergeracionalidade e cidadania**. In: PAZ, Serafim. Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia? Rio de Janeiro: CBCISS-ANG/RJ, 2000.

MASSI, Giselle; TORQUATO, Rebecca; GUARINELLO, Ana Cristina; BERBERIAN, Ana Paula; SANTANA; Ana Paula; LOURENÇO, Regina Celebrone. **Práticas de letramento no processo de envelhecimento**. Rev. bras. geriatr.gerontol. vol.13 no.1 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2010 Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v13n1/a07v13n1.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2019.

MENDES, Eugênio Vilaça. **As redes de atenção à saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. PDF. 549 p.: il. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_docman&view=download&category\\_slug=servicos-saude-095&alias=1402-as-redes-atencao-a-saude-2a-edicao-2&Itemid=965](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=servicos-saude-095&alias=1402-as-redes-atencao-a-saude-2a-edicao-2&Itemid=965)> Acesso em: 15 jul. 2019.

MORENO, Julián; MURILLO, Wilmar de Jesús. **Jogo de Carbonos: uma Estratégia Didática para o Ensino de Química Orgânica para Propiciar a Inclusão de Estudantes do Ensino Médio Com Deficiências Diversas**. Rev. bras. educ. espec. vol.24

no.4 Bauru Oct. /Dec. 2018 Disponível em:  
 <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382018000400567&lang=pt#aff1](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000400567&lang=pt#aff1)> Acesso em: 25. jul. 2019.

NÓBREGA, Carmen Verônica de Almeida Ribeiro. **A alfabetização de adultos e idosos: novos horizontes**. Dissertação - Pós-graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Paraíba. 2006. Disponível em: <http://www.ce.ufpb.br/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

OMS. **Envelhecimento Ativo: uma política de saúde**. Contribuição da Organização Mundial da Saúde para o segundo encontro mundial sobre envelhecimento, realizada em Madrid, 2002. Tradução realizada pela Organização Pan-Americana de Saúde, Brasília, 2005.

OTTANI, Breno de Souza; COELHO, Maristela Denise; SABINO, Mileide Marlete Ferreira Leal; Marilda TODESCAT, Marilda. **Aprendizagem informal e suas implicações práticas em um grupo de tutores de educação a distância**. Novas Tecnologias na Educação. CINTED-UFRGS, 2017.

PERISSÉ Camille e MARLI Mônica. **Idosos indicam caminhos para uma melhor idade**. Revista Retratos. 19 mar. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24036-idosos-indicam-caminhos-para-uma-melhor-idade>> Acesso em: 2 jul. 2019.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA SAÚDE. **Informe de situação e tendências: demografia e saúde / Rede Interagencial de Informações para Saúde**. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2009. PDF. 36 p.: il. – (Série G. Estatística e Informação em Saúde) (Série Informe de Situação e Tendências) Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_docman&view=download&category\\_slug=informacao-e-analise-saude-096&alias=458-informe-situacao-e-tendencias-demografia-e-saude-8&Itemid=965](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=informacao-e-analise-saude-096&alias=458-informe-situacao-e-tendencias-demografia-e-saude-8&Itemid=965)> Acesso em: 19 jul. 2019.

SILVA, Marcos Antônio Batista da; AZEVEDO, Cleomar. **Desigualdades educacionais e letramento**. Educ. Pesqui. vol.44 São Paulo 2018 Epub May 24, 2018. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634201844171299>> Acesso em: 05 ago. 2019.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOARES, Magda. Letramento e Escolarização. In. RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2004. 287 p.

UNESCO (1994), **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais**: Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.



## APÊNDICE 1



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

PROJETO EXTENSÃO

"PRÁTICAS DE LETRAMENTO DE PESSOAS IDOSAS NO COTIDIANO:  
TRAÇANDO LETRAS, E SCULPINDO TEXTOS"

EDUCAÇÃO INTERGERACIONAL



"O idoso tem direito à educação curricular, metodologias e material didático [...] conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos [...] os idosos transmitirão conhecimento e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais [...] nos currículos dos diversos níveis de ensino formal e informal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria" (Lei nº 10.741/2003, Art. 5).

"PRÁTICAS DE LETRAMENTO DE PESSOAS IDOSAS NO COTIDIANO:  
TRAÇANDO LETRAS, E SCULPINDO TEXTOS"

### CONTEXTUALIZAÇÃO:

- O Projeto de Extensão objetiva incluir pessoas idosas nas diversas práticas de letramentos oral, escrito e digital, proporcionando-lhes outras leituras

de/do mundo ao participarem de diferentes aprendizagens úteis à vida cotidiana e participação social. Suas atividades caracterizam-se como práticas e teóricas, direcionadas a um público intergeracional ao considerar que os critérios do tempo/lugar de aprender não se limitam apenas ao calendário e ao espaço escolar, mas ao "tempo" em que se deseja sempre começar de novo (FREIRE, 1995). Esta proposta reconhece que os saberes e experiências das pessoas idosas não se perdem nos "saberes daquele tempo", mas continuam 'sendo hoje' no presente, significando um *continuum* de temporalidades sóciohistóricas de forma coletiva entre pretérito e presente, entre as partes e o todo social. Os 'velhos (as)' ainda têm muito a dizer a sociedade e, esta, a escutá-los e aprender com eles (MARANGONI, 2011).

### OBJETIVOS:

- ✓ Ampliar e oportunizar capacidades de leitura/escrita das pessoas idosas, com espaço interativo de comunicação/socialização/aprendizagem úteis à vida cotidiana;
- ✓ Intercambiar saberes intergeracionais entre os participantes do projeto;
- ✓ Proporcionar saberes quanto ao uso das tecnologias e sua comunicação;
- ✓ Realizar oficinas, minicursos, palestras, etc.

### REALIZAÇÃO:

DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO (UEPB)

DEPARTAMENTO DE QUÍMICA (UEPB)

CURSO ESPECIALIZAÇÃO (UEPB)

CURSO MESTRADO (PPGCEM-UEPB)

PROGRAMA INTERDISCIPLINAR DE APOIO À TERCEIRA IDADE  
(PIATI-UFCG)

LOCAL: II UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

DIA e HORÁRIO: QUARTA-FEIRA (14h às 17h)

PÚBLICO: Intergeracional

ALUNOS: Graduação, Especialização e Mestrado.

COORDENAÇÃO: Prof.ª Zélia Maria de Arruda Santiago (DE/UEPB/PIATI/UFCG)

### INSCRIÇÃO:

NOME/IDADE: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

CONTATO: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## APÊNDICE 2

**PRODUÇÃO DE DETERGENTE**

*Tempo 20 minutos*

**MATERIAIS**

Ácido Sulfônico  
 Amida / *Amida*  
 Lauril (Também Conhecido Como Texapim),  
 Soda Cáustica / *Washing*  
 Conservante  
 Cloreto De Sódio / *Sal de Cozinha*  
 Papel Indicador  
 Balde  
 Colher De Pau  
 Luvas  
 Máscaras protetoras  
 Esguicho

**METODOLOGIA**

Primeiro medir a quantidade de água que será feito o detergente, colocar num recipiente e adicionar o ácido sulfônico. Mexer com movimentos lentos até total dissolução do ácido. Colocar a amida e continuar mexendo para mistura total do ácido/amida. Colocar o lauril. Após dissolução, começar a regular o pH, adicionando soda cáustica sempre medindo o valor do pH com papel indicador. Quando o pH estiver em 7,0 (papel amarelo - esverdeado), não adicionar mais soda. Adicionar conservante. Esta base é a universal para qualquer tipo de detergente (maça, limão, neutro, erva-doce, etc). Acrescentar a essência e o corante próprios para cada tipo. Por fim, o sal para engrossar na quantidade ensinada (1 colher de chá) e um pouco de água.

As proporções estão no quadro abaixo.

Água	Ácido	Amida	Lauril	Soda	Conservante	Cor	Essen	Sal
1 L	100ml	10ml	5ml	--	1ml	--	5 ml	1 cc
10 L	1 L	100ml	50ml	--	10ml	--	50 ml	1 ca
50 L	5 L	500ml	250ml	--	50ml	--	250ml	5 ca
100 L	10 L	1 L	500ml	--	100ml	--	500ml	10 ca
400 L	40 L	4 L	2 L	--	400ml	--	2 L	40 ca

**PRODUÇÃO DE ~~DETERGENTE~~ DESINFETANTE**

*ESGUICHO*  
*Água sanitária*  
*Próximo a fim*

**Materiais**

Brancol  
 Essência  
 Conservante  
 Renex ou ricinoleato  
 Corante  
*Renex*

**METODOLOGIA**

Coloque o Ricinoleato ou Renex em um recipiente e adicione a essência de sua preferência, mexa bem devagar até dissolver. Coloque a água bem devagar para evitar a formação de muita espuma. Coloque o Brancol, o conservante e o Corante mexendo bem devagar. Deixe descansando durante 24 horas e engarrafe.

**TABELA DE PROPORÇÕES PARA DESINFETANTE**

QUANTIDADE	ESSENCIA	BRANCOL	CONSERVANTE	RENEX
1 L	30 mL	7,5 mL	1 mL	30 mL
10 L	300 mL	75 mL	10 mL	300 mL
50 L	1500 mL	375 mL	50 mL	1500 mL
100 L	3 L	750 mL	100 mL	3 L
	<i>1,350 ml</i>	<i>2,100 ml</i>	<i>1,400 ml</i>	<i>3,400 ml</i>

**PRODUÇÃO DE SABÃO CASEIRO**

**Materiais**

2 L de óleo / *→ cozido*  
 360g de soda cáustica / *→ Env. Hércules & Construção*  
 400 mL litro de água morna / *Água*  
 20 mL de essência  
 50 mL de álcool  
 100 mL suco de limão (coado) / *4,5 L. mela*  
 1 Colher de pau (grande)  
 1 balde  
 1 forma (retangular)  
 1 par de luvas  
 1 máscara

**METODOLOGIA:**

Colocar a máscara e as luvas, pois, a soda cáustica é corrosiva e deve ser manuseada com cuidado. Dissolva a soda cáustica na água, mexer até diluir completamente. Acrescentar o óleo (coado) e mexer por cerca de 20 a 30 minutos. Coloque o suco do limão e a essencial mexer por 5 minutos. Insira o álcool e mexer por mais 10 minutos. Colocar na caixa tetra pak e deixar em repouso por 2 dias, cortar e fazer as observações.

**APÊNDICE 3****QUESTIONÁRIO AVALIATIVO**

**1º Em sua opinião, qual a importância dos minicursos oferecidos pela UEPB, sobre desinfetante, detergente e sabão em barra?**

**2º Você tem posto em prática o que aprendeu nos minicursos?**

**( ) Sim                                      ( ) Não**

**De que maneira?**

**3º Que benefícios você obteve através dos minicursos?**

**4º Está adquirindo produtos no mercado de forma consciente, a partir dos estudos em sala? De que maneira?**

**5º Avalie o projeto da UEPB.**

## APÊNDICE 4

### ENTREVISTA

O Projeto de extensão da UEPB proporciona o projeto “Práticas de letramentos de pessoas idosas no cotidiano: Traçando letras, esculpindo textos” à comunidade popular, com o minicurso de Química, no qual desenvolve a fabricação de itens de limpeza, tais como detergente, desinfetante e sabão em barra.

### TRANSCRIÇÃO

**Em sua opinião, qual a importância do minicurso oferecido pela UEPB, sobre desinfetante, detergente e sabão em barra?**

*“Em minha opinião, foi muito válido o curso. Pra mim principalmente serviu bastante. Eu já trabalho nessa área, com o comércio, vendendo produtos de limpeza, e com esse curso eu passei a fabricar o produto”.*

**O senhor tem produzido os três itens?**

*“Só dois, detergente e desinfetante”.*

**A procura da clientela é mais por qual produto?**

*“Desinfetantes”*

**Além de pôr em prática, fabricando o que aprendeu no minicurso, quais outros benefícios o senhor destaca?**

*“Rapaz, foi um aprendizado né! Mais um aprendizado para o currículo pessoal. Aprendi a fazer detergente e desinfetante. Além de compartilhar com os amigos, fazer novas amizades, pra mim foi de suma importância”.*

**Como o senhor ver outros produtos no mercado?**

*“Na realidade eu observo os produtos que estão no mercado pra comparar com os produtos que eu estou fabricando, mas consumir mesmo, eu só consumo o meu produto, ou seja, de vez em quando eu compro um produto da concorrência que é pra ver exatamente como é que está, e que é justamente pra comparar com o meu produto. Ver o que é que eu posso melhorar pra que o meu produto realmente se mantenha no mercado”.*

**Como o senhor ver a questão da faixa de preço?**

*“A faixa de preço, exatamente eu faço uma pesquisa mensal dos produtos da concorrência, verifico também o preço que estou oferecendo exatamente pra poder me posicionar no mercado”.*

**Existe a superfaturação dos produtos aí fora, e como o senhor fabrica por preços mais justos?**

*“Na realidade em Campina Grande, especificamente tem muito fabricante já, então quem fabrica em Campina Grande e que vende na embalagem de 2L já tem um preço acessível, porém esses produtos que vêm de fora, que vêm numa embalagem de 500 ml, realmente o preço é exorbitante. É muito alto”.*

**Gostaria que o senhor avaliasse o projeto de forma geral?**

*“Olha, achei muito positivo tá, a iniciativa da UEPB exatamente em ministrar esse minicurso. Tanto serviu pra mim como também pra as pessoas que estavam lá presentes. Eu acho muito proveitoso, espero que ainda continue fazendo não só nessa área, em outras áreas também, que eu tenho certeza que mais pessoas vão ser beneficiadas como eu fui”.*